

# CEM

## CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

### Direito Civil

# LINDB

Período 2010 - 2016

**1) FEMPERJ - Analista de Controle Externo - TCE - RJ (2012)**

Diz o art. 6, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), que é direito adquirido aquele que possua termo pré-fixo ou condição preestabelecida inalterável, ao passo que o art. 125 do Código Civil (CC) dispõe que na pendência de condição suspensiva não se considera adquirido o direito. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) há um antagonismo entre esses dispositivos, devendo ser aplicado o disposto no art. 125 do CC, em razão do princípio da especificidade;
- b) não há antagonismo entre esses dispositivos, na medida em que o art. 6, § 2º, da LICC, se refere à aquisição do direito, portanto, ainda que ele não possa ser exercido, já se considera adquirido para efeito de não mais poder ser alcançado pela lei nova, enquanto o art. 125 do CC se refere ao exercício desse direito, que fica obstado enquanto a condição suspensiva não se implementar;
- c) há um antagonismo entre esses dispositivos, devendo ser aplicado o disposto no art. 6, § 2º, da LICC, em razão do princípio da generalidade;
- d) não há antagonismo entre esses dispositivos, na medida em que o art. 6, § 2ª, da LICC, refere-se ao exercício do direito, que fica obstado enquanto a condição suspensiva não se implementar, enquanto o art. 125 do CC refere-se à aquisição do direito, portanto, ainda que não possa ser exercido, ele já se considera adquirido para efeito de não mais poder ser alcançado pela lei nova;
- e) há um antagonismo entre esses dispositivos, devendo ser aplicado o disposto no art. 125 do CC, pois com a edição do novo Código Civil em 2002, houve uma revogação tácita do art. 6, § 2º, da LICC, que é de 1942.

**2) FEMPERJ - Analista de Controle Externo - TCE - RJ (2012)**

Quando uma lei A é revogada por uma lei B e esta última é declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de fiscalização normativa abstrata, a lei A volta a vigor. Esse fenômeno jurídico denomina-se:

- a) reprecinação tácita;
- b) efeito reprecinatório;
- c) ab-rogação;
- d) reprecinação expressa;
- e) derrogação.

**3) CESPE - Analista Judiciário - TRE - RJ (2012)**

Julgue o item a seguir, a respeito de conflito e eficácia das leis, pessoas naturais e jurídicas, bens públicos, prescrição e decadência.

A partir da revogação originada pelo novo Código Civil, é correto afirmar que ocorreu ab-rogação com relação ao Código Civil de 1916.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**4) CESPE - Promotor de Justiça - MP - TO (2012)**

Considerando a importância das leis para a manutenção da ordem jurídica, assinale a opção correta.

- a) No que se refere aos bens, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estabelece que a regra para aplicação da norma em relação a bens móveis transportados é a relativa à situação dos bens.
- b) No ordenamento brasileiro, uma lei revogada pode ser repristinada, caso a lei que a tenha revogado seja declarada inconstitucional.
- c) São lacunas do direito: a normativa, a ontológica, a axiológica e a antinômica.
- d) Contrato celebrado em território ficto não será regulado pela norma jurídica brasileira, mas pela lei do país onde o contrato tenha sido realizado.
- e) Em caso de conflito de norma especial anterior e norma geral posterior, prevalecerá, pelo critério hierárquico, a primeira norma.

**5) CESPE - Juiz do Trabalho - TRT - 1ª Região (2010)**

A respeito de hierarquia, interpretação e integração de lei, assinale a opção correta.

- a) A interpretação teleológica pode ser utilizada pelo juiz para superar antinomia.
- b) Não há hierarquia entre lei complementar e decreto autônomo, quando este for validamente editado.
- c) O costume, para que possa suprir lacuna legal, deve consistir em conduta reiterada de determinada prática.
- d) Não é correto falar em hierarquia entre lei editada pela União e lei editada por estado.
- e) A interpretação é do tipo analógica quando pressupõe que a autoridade expressou na norma exatamente o que pretendia.

**6) FCC - Juiz do Trabalho - TRT - 1ª Região (2011)**

O princípio da irretroatividade das leis, nos limites adotados na legislação brasileira,

- a) admite que a lei nova atinja as partes posteriores dos fatos pendentes, como se dá em alguns casos de relações jurídicas continuativas.
- b) impede a vigência de qualquer lei retroativa.
- c) é incompatível com o efeito imediato da lei, mesmo que não venha a ferir o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- d) não será observado em nenhuma hipótese, quando a matéria se inserir no âmbito do direito público ou o direito controvertido estiver sob a égide de norma de ordem pública.
- e) não se aplica ao Direito do Trabalho, sempre que a lei nova conferir vantagens aos empregados.

**7) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 24ª Região (2012)**

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) regem a vigência da lei

no tempo e no espaço; disciplinam a aplicação dos princípios gerais do direito, dos costumes, analogia e equidade para colmatar lacunas legais em determinadas situações; dão operatividade à garantia constitucional do respeito à coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito. No sistema constitucional brasileiro, a eficácia retroativa da lei que é sempre excepcional, que jamais se presume e que deve necessariamente emanar de disposição legal expressa, não pode gerar lesão ao ato jurídico perfeito, ao direito adquirido e à coisa julgada.

b) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país 65 dias depois de oficialmente publicada.

c) O instituto da revogação tácita não é previsto no ordenamento jurídico pátrio.

d) O princípio da irretroatividade da lei não é aplicado no Direito do Trabalho, por força de disposição expressa de dispositivo consolidado.

e) A cláusula da irretroatividade da lei convive com outro preceito do direito intertemporal que é o da eficácia imediata e geral da lei nova, assim que entre em vigor, alcançando a todos indistintamente, atingindo os efeitos que já foram produzidos quando estava em vigor a lei revogada.

#### 8) CESPE - Procurador de Justiça - MP - PI (2012)

Considerando as regras de introdução às normas do direito brasileiro e os direitos do nascituro, assinale a opção correta.

a) Segundo as regras legais brasileiras, permite-se ao julgador o non liquet, nos casos de lacunas ou obscuridade da norma.

b) O Código Civil não admite a doação feita ao nascituro, apesar de lhe assegurar o status de pessoa humana.

c) Como o Código Civil exige o nascimento com vida para a aquisição da personalidade civil, o nascituro não tem direito a indenização por danos morais pela morte do pai.

d) O efeito repristinatório não é automático. Apenas excepcionalmente a lei revogada voltará a vigor quando a lei revogadora for declarada inconstitucional ou quando for concedida a suspensão cautelar da eficácia da norma impugnada.

e) De acordo com a lei brasileira, o itinerante tem como domicílio presumido o local de moradia de seus pais ou de seu curador ou tutor.

#### 9) CESPE - Defensor Público Federal - DPU (2010)

Com relação ao conflito de leis no espaço e aos elementos de conexão que viabilizam a sua resolução, julgue o item a seguir.

A regra geral, ante o conflito de leis no espaço, é a aplicação do direito pátrio, empregando-se o direito estrangeiro apenas excepcionalmente, quando isso for, expressamente, determinado pela legislação interna de um país.

( ) Certo

( ) Errado

**10) CESPE – Defensor Público Federal – DPU (2010)**

Com relação ao conflito de leis no espaço e aos elementos de conexão que viabilizam a sua resolução, julgue o item a seguir.

A *lex damni*, como espécie de elemento de conexão, indica que a lei aplicável deve ser a do lugar em que se tenham manifestado as consequências de um ato ilícito, para reger a obrigação de indenizar aquele que tenha sido atingido por conduta delitiva de outra parte em relação jurídica internacional.

- ( ) Certo  
( ) Errado

**11) CESPE – Analista Judiciário – TRE – MS (2013)**

Assinale a opção correta de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Decreto-Lei n.º 4.657/1942.

- a) Direito adquirido é o direito material ou imaterial já incorporado ao patrimônio de uma pessoa.  
b) Ao aplicar a lei, o magistrado poderá optar entre atender ou não às exigências do bem comum.  
c) A lei do país em que a pessoa for domiciliada é que determina a regra sobre os direitos de família; dessa forma, caso um muçulmano domiciliado no Iraque venha ao Brasil para se casar com três mulheres poderá ser celebrado o casamento civil entre ele e suas três esposas.  
d) *Vacatio legis* é o espaço de tempo entre a data da promulgação e a entrada em vigor da lei.  
e) *Ab-rogatio* e *derogatio* designam, respectivamente, a revogação parcial e a revogação total de uma norma.

**12) VUNESP – Analista de Promotoria – MP – SP (2010)**

No âmbito do direito intertemporal (direito conflitual de leis no tempo), deve-se pressupor, como regra geral e princípio absoluto,

- a) a retroatividade da lei nova.  
b) a irretroatividade da lei nova, preservado o princípio da segurança jurídica.  
c) a retroatividade justa, resguardados sempre o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.  
d) o efeito imediato e geral da nova lei, respeitadas tão-somente o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.  
e) a sobrevivência da lei antiga, resguardada a ultratividade da norma.

**13) VUNESP – Analista de Promotoria – MP – SP (2010)**

Considere as seguintes afirmações.

I. Entende-se por equidade uma forma de manifestação de justiça que tem o condão de atenuar a rudeza de uma regra jurídica.

II. Para uso da analogia requer-se que haja lacuna na lei e semelhança com a relação não imaginada pelo legislador, sendo que o intérprete procura uma razão de identidade entre a norma encontrada, ou o conjunto de normas, e o caso contemplado.

III. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

IV. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**14) CESPE - Analista Executivo - SEGER - ES (2013)**

**Lei n.º 12.602, de 3 de abril de 2012**

Institui a Semana e o Dia Nacional da Educação Infantil.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É instituída a Semana Nacional da Educação Infantil, a ser celebrada anualmente na semana de 25 de agosto, data esta que passa a ser comemorada como o Dia Nacional da Educação Infantil, em homenagem à Dr<sup>a</sup>. Zilda Arns.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 3 de abril de 2012; 191.º da Independência e 124.º da República.

DILMA ROUSSEFF

*Aloizio Mercadante*

*Vitor Paulo Ortiz Bittencourt*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4/4/2012.

A respeito da lei acima transcrita, assinale a opção correta com fundamento na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- a) Caso o artigo 2.º não existisse, a lei em pauta entraria em vigor apenas sessenta dias após a sua publicação, período em que se teria a vacância da lei.
- b) Conforme o princípio da obrigatoriedade, todos terão que comemorar a data do dia 25 de agosto como

sendo o Dia Nacional da Educação Infantil, já que, por essa norma, foi decretado feriado nacional.

c) Hoje, para se corrigir essa lei, alterando-se a data do Dia Nacional da Educação Infantil para o dia 26 de agosto, seria necessária uma lei nova.

d) Pelo princípio da continuidade, o fim da vigência da lei em questão ocorrerá quando outra a modificar ou a revogar expressamente.

e) De acordo com as informações contidas no referido documento legal, é correto afirmar que a data da promulgação corresponde à data da publicação da norma.

#### 15) FCC - Técnico Judiciário - TRT - 6ª Região (2012)

Dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente (art. 9º, § 2º) e o Código Civil que reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que for proposto (art. 435). Neste caso,

a) ambas as disposições legais se acham em vigor e não se contradizem.

b) o Código Civil foi revogado nessa disposição pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

c) aquela regra estabelecida na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro foi revogada pelo Código Civil.

d) ambas as disposições se revogam reciprocamente.

e) tendo o juiz dúvida sobre qual das normas legais deve aplicar, possui a faculdade de considerar revogada qualquer das duas regras, aplicando a outra.

#### 16) FCC - Técnico Judiciário - TRT - 6ª Região (2012)

Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia, depois de oficialmente publicada, em

a) três meses.

b) noventa dias.

c) um mês.

d) trinta dias.

e) quarenta e cinco dias.

#### 17) CESPE - Promotor de Justiça - MPE - RR (2012)

Considerando o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro bem como a interpretação de seus dispositivos, assinale a opção correta.

a) Denomina-se conflito aparente o conflito normativo passível de solução mediante critérios hierárquicos, cronológicos e embasados na especialidade.

b) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, revoga a lei anterior.

c) A possibilidade de repristinação da norma é a regra geral no ordenamento jurídico pátrio.

d) A ab-rogação corresponde à supressão parcial de norma anterior; a derrogação, à supressão total da norma.

e) A declaração privada da vontade oriunda de outro país terá eficácia no Brasil, ainda que ofenda a ordem pública e os bons costumes locais.

**18) FCC - Auditor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE - SP (2013)**

A lei nova é aplicada, em regra,

- a) a partir do início de sua vigência, respeitando, porém, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- b) a partir do início de sua vigência, independentemente da existência de direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.
- c) a partir da publicação, inclusive durante o prazo de vacatio legis, respeitando, porém, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- d) retroativamente, independentemente da existência de direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.
- e) retroativamente, respeitando, porém, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

**19) CESPE - Procurador do Ministério Público junto ao TC-DF (2013)**

A respeito da eficácia da lei no tempo e no espaço, julgue o item a seguir.

No curso de uma relação contratual civil, caso surja lei nova que trate da matéria objeto da relação jurídica entabulada, essa nova lei deverá ser aplicada à referida relação se apresentar regra mais favorável ao devedor.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**20) CESPE - Procurador do Ministério Público junto ao TC-DF (2013)**

A respeito da eficácia da lei no tempo e no espaço, julgue o item a seguir.

O princípio da irretroatividade da lei nova se aplica às leis de ordem pública.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**21) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT - 8ª Região (2012)**

Acerca da eficácia da lei no tempo e no espaço, de acordo com a legislação civil brasileira, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, ocorrendo, nesta hipótese, o fenômeno da ab-rogação.

- b) A repristinação não é admitida no ordenamento jurídico, de modo que a lei revogada nunca se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- c) Em geral, a lei entra em vigor 45 dias após a sua publicação oficial e, no período de vacância, a lei é válida, mas a sua vigência e a sua eficácia são postergadas no tempo, de modo que não produz efeitos até o término da vacância.
- d) A ultratividade consiste no fato de a lei revogada continuar a ser aplicável e aplicada mesmo após a sua revogação, durante o período de vacância de lei ou do ato normativo revogatório novo, de forma que, um ato praticado com base na lei revogada, mas que está vigendo, é perfeitamente legal.
- e) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

**22) Comissão Examinadora – Juiz do Trabalho - TRT - 8ª Região (2011)**

Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Uma norma pode não ser válida e nem vigente, mas ter força vinculante, podendo-se falar em sua ultratividade.
- b) O Código Civil de 2002 derogou o Código Comercial, exclusive a parte que trata do Comércio Marítimo.
- c) Considera-se adquirido um direito que seja consequência de um fato idôneo a produzi-lo, em virtude da lei vigente ao tempo em que se efetuou, embora a ocasião de o fazer valer não se tenha apresentado antes da atuação da lei nova, e que, sob o império da lei então vigente, integrou-se imediatamente no patrimônio do particular.
- d) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- e) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei em que tiverem os nubentes domicílios e, se este for diverso, ao do cônjuge varão.

**23) FCC - Procurador da Assembleia Legislativa da Paraíba - AL - PB (2013)**

Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

Esta norma jurídica consubstancia o princípio da obrigatoriedade:

- a) da jurisdição a ser prestada.
- b) da ação a ser proposta.
- c) da lei a ser aplicada.
- d) do impulso oficial por parte do juiz.
- e) do livre convencimento do julgador.

**24) FCC - Consultor Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba - AL - PB (2013)**

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é INCORRETO afirmar que a lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre

- a) a qualificação dos bens e as relações a eles concernentes.

- b) o começo e o fim da personalidade.
- c) o nome.
- d) a capacidade.
- e) os direitos de família.

**25) FCC - Analista Judiciário - TRT - 1ª Região (2013)**

Ryan, inglês, em uma de suas viagens a lazer pelo Brasil e pelo Estado do Espírito Santo, conheceu Perla, brasileira nata, e ambos iniciaram relacionamento amoroso e casaram-se na cidade de Vitória, onde residiram por cerca de dez anos e adquiriram um imóvel residencial de alto padrão e dois conjuntos comerciais. Do relacionamento entre Ryan e Perla nasceram Pedro e Mariana, também na cidade de Vitória. No mês de Janeiro de 2012 Ryan e Perla mudaram-se definitivamente para a Inglaterra e, no mês de Julho, Ryan faleceu em decorrência de um infarto fulminante. Neste caso, em regra, a sucessão de bens amealhados pelo casal e que estão no Brasil, será regulada pela lei

- a) brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, independentemente de eventual conteúdo favorável aos herdeiros da lei inglesa.
- b) inglesa, tendo em vista a nacionalidade de Ryan.
- c) brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.
- d) inglesa, tendo em vista o local do falecimento de Ryan.
- e) brasileira ou inglesa, cabendo aos herdeiros exercer a opção no momento da abertura da sucessão.

**26) FCC - Juiz do Trabalho - TRT - 4ª Região (2012)**

As regras estabelecidas na Constituição Federal e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a respeito do direito intertemporal

- a) preservam a coisa julgada dos efeitos da lei nova, mas não o direito adquirido, nem o ato jurídico perfeito.
- b) permitem sempre a prevalência das normas de ordem pública, em relação ao direito adquirido.
- c) estabelecem a coexistência da regra do efeito imediato da lei com a vedação de ela prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- d) não admitem em qualquer hipótese lei com efeito retroativo.
- e) impedem o efeito imediato da lei, apenas para não atingir o ato jurídico perfeito.

**27) CESPE - Notário e Registrador - TJ - RR (2013)**

Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a opção correta.

- a) O direito pátrio admite o instituto da vacatio legis, aplicável a todos os atos normativos, inclusive aos decretos e regulamentos.
- b) Em regra, a equidade revela-se um método de integração das normas jurídicas.
- c) Aplica-se a Lei da Nacionalidade para regular as questões relacionadas ao nome, começo e fim da

personalidade, capacidade e direitos de família.

d) A antiga Lei de Introdução ao Código Civil mudou de nome, passando a denominar-se Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Em que pese tal aspecto, esse diploma normativo continua sendo um apêndice do Código Civil de 2002.

e) No que diz respeito à vigência normativa, é correto afirmar que, com a promulgação, a lei passa a existir e a ser válida.

### 28) FCC - Notário e Registrador - TJ - PE (2013)

No tocante à aplicação e vigência da lei é correto afirmar que

a) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada.

b) salvo disposição em sentido contrário, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação oficial.

c) não se admite a repristinação legal em nenhuma hipótese.

d) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se meras inserções textuais, sem modificações de sua vigência, em nenhuma hipótese.

e) lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica ou revoga a lei anterior, conforme o caso.

### 29) FCC - Notário e Registrador - TJ - PE (2013)

A repristinação legal no direito brasileiro

a) não se admite em nenhuma hipótese.

b) é admitida, excepcionalmente, desde que por disposição expressa nesse sentido.

c) admite-se como regra geral.

d) implica a revogação da lei anterior pela posterior.

e) tem como decorrência lógica a temporariedade de lei que passa a vigorar.

### 30) FCC - Analista Judiciário - TRF - 2ª Região (2012)

Considere as seguintes assertivas a respeito da Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro:

I. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

III. A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

IV. Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

Está correto o que consta APENAS em

a) I e III.

b) I, III e IV.

c) III e IV.

d) II e IV.

e) I, II e IV.

Direito Civil

LINDB

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1 B	2 B	3 CERTO	4 B	5 B
6 A	7 A	8 D	9 CERTO	10 CERTO
11 A	12 B	13 E	14 C	15 A
16 A	17 A	18 A	19 ERRADO	20 CERTO
21 B	22 E	23 A	24 A	25 C
26 C	27 E	28 A	29 B	30 B